CONSTELAÇÕES SISTÊMICAS APLICADAS NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Msc. Márcia Sarubbi Lippmann
Camila Schroeder Lucachinski

1 Constelações Sistêmicas

Constelação Sistêmica, ou também chamada de Constelação Familiar quando aplicada especificamente aos sistemas familiares, é método psicoterapêutico realizado por meio de representações e aplicado segundo a metodologia da abordagem Sistêmico-fenomenológica¹.

Para Hélio Apoliano Cardoso², Constelação Familiar é dinâmica terapêutica que tem por escopo vislumbrar todo o corpo social de uma família quando o que se pretende é a solução de conflitos, sejam eles do âmbito familiar ou não.

Referida técnica é capaz de acessar o Campo Morfogenético³ da família, que é onde estão todas as suas informações emocionais e psicológicas, e por isso é capaz de identificar desordens, conflitos e pontos de tensão emocional e psicológica no sistema familiar que condicionam o comportamento dos sujeitos que o compõe sem que, na maioria das vezes, se deem conta⁴.

Bert Hellinger⁵, desenvolvedor da técnica psicoterapêutica, explica que a Constelação Familiar toma como pressuposto metodológico que, nos sistemas familiares, questões vivenciadas por gerações anteriores, como, por exemplo, mortes precoces, suicídios, tragédias, depressões e conflitos entre ascendentes e descendentes, podem inconscientemente afetar a vida de seus

¹ ROSA, Amilton Plácido da. **Direito Sistêmico: A Justiça Curativa, de Soluções Profundas e Duradouras.**

² CARDOSO, Hélio Apoliano. **Direito de Família à Luz da Constelação Familiar e do Direito Sistêmico.**

³ Estruturas de probabilidade, nas quais as influências dos tipos passados mais comuns se combinam para aumentar a probabilidade de repetição destes tipos. SHELDRAKE, Rubert. **A Ressonância Mórfica e a Presença do Passado.** Lisboa (Portugal): Instituto Piaget, 1995.

⁴ BRAGA, Ana Lucia de Abreu. **Psicopedagogia e Constelação Familiar Sistêmica: Um Estudo de Caso.** Revista Psicopedagogia. São Paulo, v. 26, nº 80, p. 274-285, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862009000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16/04/2017.

⁵ HELLINGER, Bert. **Ordens do Amor: Um Guia Para o Trabalho com Constelações Familiares.**

familiares com novos suicídios, relações de conflito, transtornos físicos e psíquicos, dificuldade de estabelecer relações duradouras com parceiros e conflitos intermináveis entre familiares.

O Autor chama isso de herança afetiva, que é a transmissão transgeracional de conflitos emocionais ou psíquicos e que acaba criando um verdadeiro emaranhado. Um ancestral deixa situações por resolver dentro do sistema e seus descendentes, conscientemente ou não, carregarão consigo os sentimentos e pensamentos oriundos desse conflito, que, devido à herança afetiva, muitas vezes acabam reproduzindo-o em suas vidas e perpetuando a transmissão às gerações futuras⁶.

Sendo assim, verifica-se que, através da técnica de Constelação Familiar, é possível analisar se no sistema familiar de determinado indivíduo existem emaranhados nos quais ele possa estar envencilhado, para, então, orientá-lo na análise e entendimento desses emaranhados e, assim, entender a causa e as possíveis soluções para problemas específicos. Tais problemas, ou conflitos, podem ser os mais variados possíveis, desde transtornos emocionais e psíquicos até questões profissionais.

Na prática, as vivências de Constelação Familiar podem ser feitas de forma individual ou em grupo. Em ambas, para que tanto o constelador como a pessoa que busca a técnica possam visualizar o emaranhado, são feitas representações. Na modalidade grupal, tais representações são realizadas com o auxílio dos participantes do grupo, enquanto na Constelação individual são feitas através de figuras, bonecos ou desenhos⁷.

As representações consistem numa espécie de simulação do sistema. Nelas, constelador e constelado posicionam as pessoas, ou as figuras e bonecos, para representar os componentes do sistema familiar.

A fim de orientar a representação do sistema, o constelador pede para que o indivíduo posicione as pessoas ou figuras e bonecos de acordo com

⁶HELLINGER, Bert. **Ordens do Amor: Um Guia Para o Trabalho com Constelações Familiares.**

⁷BRAGA, Ana Lucia de Abreu. **Psicopedagogia e Constelação Familiar Sistêmica: Um Estudo de Caso.**

determinado conflito ou situação que lhe ocorreu e que será objeto de Constelação⁸.

O cliente posiciona todos os escolhidos para representar as pessoas importantes, segundo o terapeuta, e senta-se, para observar a movimentação que se segue. A representação é parte do fenômeno que ocorre neste tipo de trabalho, onde o terapeuta e os participantes disponibilizam suas percepções para "ver" o que acontece na dinâmica do sistema do cliente. Este "ver" dá-se de diversos modos: as pessoas têm sensações físicas como tremores, arrepios, dores, calor, frio, suores; sentimentos diversos como alegria, raiva, tristeza, desconfiança, entre tantos outros⁹.

Analisando tais reações e sentimentos, o objetivo do constelador é identificar em que ponto foram desrespeitadas as leis sistêmicas para então tentar reestabelecer, juntamente com o constelado, o que Bert Hellinger chama de as Ordens do Amor¹⁰.

Assim, objetivando verificar, por meio das representações feitas por pessoas, bonecos ou figuras, se as Ordens do Amor foram e estão sendo respeitadas dentro de um sistema, a Constelação Familiar é técnica capaz, ou potencialmente capaz, de reestabelecer o diálogo, harmonia e paz nas relações interpessoais.

2 Leis Sistêmicas

No desenvolvimento da abordagem psicoterapêutica sistêmica, Bert Hellinger percebeu que nos sistemas atuam leis arcaicas, princípios naturais presentes de tal forma que, se respeitados, permitem o equilíbrio e o desemaranhar dos conflitos neles desenvolvidos. O Autor denominou tais princípios de Ordens do Amor¹¹, também chamadas de leis sistêmicas. São elas a hierarquia, o pertencimento e o equilíbrio.

A hierarquia, ou também chamada de ordem de origem, diz respeito à sequência cronológica de ingresso no sistema. Tal lei parte da premissa de que

⁸BRAGA, Ana Lucia de Abreu. **Psicopedagogia e Constelação Familiar Sistêmica: Um Estudo de Caso.**

⁹BRAGA, Ana Lucia de Abreu. **Psicopedagogia e Constelação Familiar Sistêmica: Um Estudo de Caso**, p. 275.

¹⁰ HELLINGER, Bert. **Ordens do Amor: Um Guia para o Trabalho com Constelações Familiares.**

¹¹ SCHUBERT, René. **As Constelações Familiares Aplicadas à Justiça.** Jornal Alternativo, Edição 123. São Paulo: Agosto/2016, p.13-14. Disponível em <http://aconstelacaofamiliar.blogspot.com.br/search/label/Artigos?updated-max=2016-11-23T12:05:00-08:00&max-results=20&start=1&by-date=false>. Acesso em 10/07/2017.

a partir do momento em que um sistema começa a se formar, dentro dele há uma hierarquia que precisa ser respeitada por todos os seus membros¹².

Outra lei sistêmica estabelecida por Bert Hellinger como uma das Ordens do Amor é o pertencimento. De acordo com esta lei, cada pessoa que integra um sistema deve ser por todos os seus membros reconhecida e aceita como parte integrante, tendo seu papel e lugar dentro dele respeitado por todos¹³.

Em um sistema familiar, todos os membros da família são únicos e têm o direito de pertencer àquele grupo independente de suas características, condições físicas e econômicas, virtudes e defeitos.

Isso porque, quando ausente a lei do pertencimento, de forma consciente ou não, o membro descendente ou colateral ao excluído sente o ímpeto de reparar a injustiça cometida contra aquele, tomando para si a responsabilidade de restaurar a ordem dentro do sistema e restabelecer o seu equilíbrio¹⁴.

Tal comportamento, que faz com que os descendentes ou colaterais assumam posturas negativas oriundas da exclusão de um membro do sistema, numa tentativa frustrada de nele restaurar a ordem, é o que Bert Hellinger chama de envolvimento¹⁵.

A terceira e última lei sistêmica é o equilíbrio, ou também chamada de lei do dar e receber.

Todo ser humano é dotado de necessária capacidade de troca. Ao mesmo tempo em que oferece seus dons e habilidades, espera receber o que considera importante para suas necessidades e seu desenvolvimento pessoal¹⁶.

Assim, em uma relação sistemicamente equilibrada, os membros do sistema dão aquilo que são capazes e recebem com gratidão e respeito aquilo

¹² HELLINGER, Bert. **Ordens do Amor: Um Guia para o Trabalho com Constelações Familiares.**

¹³ TESCAROLLI, Lilian; GONÇALVES, Fernando AB. **Leis Sistêmicas.** Disponível em: <https://www.carpesmadaleno.com.br>. Acesso em: 07/05/2017.

¹⁴ TESCAROLLI, Lilian; GONÇALVES, Fernando AB. **Leis Sistêmicas.**

¹⁵ HELLINGER, Bert. **Ordens do Amor: Um Guia para o Trabalho com Constelações Familiares.**

¹⁶ TESCAROLLI, Lilian; GONÇALVES, Fernando AB. **Leis Sistêmicas.**

que lhes é dado, compreendendo as capacidades e limitações de quem lhe dá¹⁷.

Ao analisar a presença e atuação das Ordens do Amor nos mais variados sistemas, Bert Hellinger constatou que elas são condições preestabelecidas nos relacionamentos humanos. Precedem, inclusive, o próprio amor no que diz respeito ao que é necessário para um sistema psicologicamente e emocionalmente saudável para seus membros¹⁸.

A hierarquia, o pertencimento e o equilíbrio são naturalmente buscados pelas pessoas devido às pressões e impulsos do instinto, da necessidade e do reflexo, da mesma forma como buscam-se satisfações de necessidades físicas¹⁹.

Destarte, justifica-se o reestabelecimento das leis sistêmicas nas entidades familiares, através da técnica de Constelação Familiar, como técnica a auxiliar na resolução de conflitos justamente por serem ordens naturalmente buscadas pelos seres humanos em seus relacionamentos, tanto é que quando desrespeitadas surgem os emaranhados.

3 Aplicação das Constelações Sistêmicas no Judiciário

Aplica-se a técnica de Constelação nos mais variados conflitos entre pais e filhos, como aqueles que ficam emocional e financeiramente dependente dos pais na vida adulta, em doenças de cunho psicossomático, no uso de drogas, nos conflitos entre irmãos, na superação de determinados hábitos e na busca pela melhora do desempenho profissional²⁰.

Paulo Pimont²¹, em entrevista concedida para o desenvolvimento deste estudo, afirma que as Constelações podem ser aplicadas nas mais variadas situações que envolvam conflitos tanto interpessoais quanto intrapessoais.

¹⁷ TESCAROLLI, Lillian; GONÇALVES, Fernando AB. **Leis Sistêmicas**.

¹⁸ HELLINGER. Bert. **Ordens do Amor: Um Guia para o Trabalho com Constelações Familiares**.

¹⁹ HELLINGER. Bert. **Ordens do Amor: Um Guia para o Trabalho com Constelações Familiares**.

²⁰ OLIVEIRA JUNIOR, Décio Fábio de; OLIVEIRA, Wilma Costa Gonçalves. **Esclarecendo as Constelações Familiares**.

²¹ Psicoterapeuta, constelador e formador de consteladores no Instituto Ipê Roxo, em Florianópolis. Também atua como psicoterapeuta e constelador voluntário junto ao Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade, na comarca de Florianópolis (SC).

Afirma ainda que não vê maior ou menor efetividade na aplicação da técnica entre um ou outro tipo de conflito.

Referido constelador entende que o momento e o tema a ser constelado depende da abertura da pessoa que procura a técnica.

Cada um precisa chegar a um momento da sua vida onde realmente aquele problema, aquele conflito, ele está no ponto crucial da mudança. Enquanto a pessoa não chegar nisso, não há nenhuma constelação que vá trazer solução. Então as vezes a pessoa constela um tema e ainda não está aberta para aquilo, porque esse problema ainda traz ganhos secundários, porque tem coisas que ainda não chegaram num ponto de mutação, um ponto de extrema necessidade de mudança. Então essa pessoa leva mais tempo para obter resultados na constelação, ou a constelação às vezes não tem efeito nenhum. Isso acontece sim e o terapeuta não pode controlar isso²².

Sami Storch, juiz titular da 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões da comarca de Itabuna (BA), foi pioneiro na aplicação das Constelações Familiares no Judiciário brasileiro²³.

A prática do magistrado considera a existência das leis sistêmicas, tanto na conciliação, no julgamento e no atendimento às partes quanto na sua própria postura diante de qualquer lide. Realizando uma abordagem sistêmica, o magistrado passa a agir da forma mais adequada quando o objetivo principal é conduzir as partes à um acordo efetivo, à verdadeira paz²⁴.

Destarte, infere-se que, ao assumir uma postura sistêmica, aquele que conduz uma solução pacífica trata o conflito levado até si como algo sintomático e conduz as partes a enxergarem as reais motivações que as levaram àquela situação conflituosa.

Assim agindo, o profissional é capaz de proporcionar às partes instrumentos hábeis a solucionar verdadeira e intrinsecamente o conflito que levam ao judiciário. Um desses instrumentos é a Constelação Sistêmica.

A utilização da técnica no Judiciário encontra respaldo legal na resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de

²² PIMONT, Paulo. Constelador e formador de consteladores no Instituto Ipê Roxo, em Florianópolis (SC). Conteúdo extraído de entrevista concedida em 18/05/2017, para o desenvolvimento desta pesquisa.

²³ ROSA, Amilton Plácido da. **Direito Sistêmico: A Justiça Curativa, de Soluções Profundas e Duradouras.**

²⁴ STORCH, Sami. **Direito sistêmico na TV – As Contribuições das Constelações de Hellinger no Judiciário.** Disponível em <https://iperoxoxo.com/2016/09/09/direito-sistemico-na-tv-as-contribuicoes-das-constelacoes-de-hellinger-no-judiciario/>. Acesso em 10/07/2017.

Justiça, porquanto estimula práticas capazes de proporcionar tratamento adequado aos conflitos judicializados²⁵.

Referida resolução institui a Política Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesses, que visa assegurar o direito à solução de conflitos através de meios adequados, de acordo com a natureza e peculiaridades de cada conflito.

Ademais, o Código de Processo Civil de 2015 dá especial atenção aos métodos alternativos de solução de conflitos. Da leitura do referido caderno normativo, infere-se que a aplicação de técnicas como a de Constelação Familiar está em perfeita consonância com o ordenamento processual civil brasileiro²⁶.

O artigo 359 do referido Código, por exemplo, prevê que, instalada a audiência, “o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem”²⁷.

Na prática, quanto à aplicação da técnica, o Conselho Nacional de Justiça afirma que, naqueles Estados em que a técnica já é aplicada, ela é utilizada “como reforço antes das tentativas de conciliação”²⁸.

Sami Storch, por sua vez, explica que realiza uma vivência coletiva, convidando as partes envolvidas em processos que tenham temáticas afins, como guarda, alimentos ou divórcio, e realiza uma palestra-vivência, na qual explica como atuam as leis sistêmicas, exemplifica como o seu desrespeito gera emaranhados nas famílias e realiza algumas Constelações²⁹.

Destarte, o próprio magistrado realiza a Constelação e tem como objetivo final uma solução que vá além do simples acordo reduzido em ata e homologado pelo juiz em audiência, mas sim que produza uma solução

²⁵ Agência CNJ de Notícias. “**Constelação Familiar**” ajuda a humanizar práticas de conciliação no Judiciário. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83766-constelacao-familiar-ajuda-humanizar-praticas-de-conciliacao-no-judiciario-2>. Acesso em 05/08/2017.

²⁶ TARTUCE, Fernanda. **Mediação no Novo CPC: questionamentos reflexivos**. Disponível em <http://www.fernandatartuce.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Media%C3%A7%C3%A3o-no-novo-CPC-Tartuce.pdf>. Acesso em 20/07/2017.

²⁷ Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 20/07/2017.

²⁸ Agência CNJ de Notícias. “**Constelação Familiar**” ajuda a humanizar práticas de conciliação no Judiciário.

²⁹ STORCH, Sami. **Direito sistêmico na TV – As Contribuições das Constelações de Hellinger no Judiciário**.

concreta, profunda e duradoura³⁰. Segundo Sami Storch, com a aplicação da técnica, o índice de satisfação dos acordos na vara de sua titularidade chegou a 91%³¹.

No contexto catarinense, a magistrada Vânia Petermann, titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade, da comarca da Florianópolis, explica que desde que ingressou na magistratura, há mais de vinte anos, trata dos conflitos sob um prisma sistêmico.

A magistrada conta que percebia grande resistência nas partes em olhar e falar diretamente uma com a outra. Com isso, percebeu que alguns movimentos seus durante a audiência melhoravam o resultado da conversa, tanto entre as partes, como entre elas e a juíza.

Por exemplo, eu sair da cadeira de juíza e ir para a ponta da mesa, mais perto das partes. E ir fazendo com que elas pouco a pouco fossem se aproximando, conversando uma com as outras. [...] Até que comecei a fazer uma formação com juízes na França e lá descobri que eles utilizavam a técnica do psicodrama, para que o juiz sintia mesmo. Nesse tempo eu comecei a trazer o psicodrama para as audiências³².

Assumindo uma postura sistêmica nas audiências de conciliação e mediação, e também aplicando o psicodrama, Vânia Petermann percebeu que entre as partes passou a imperar uma compreensão recíproca das posturas e interesses de cada um, “um compreendia mais as necessidades e sentimentos do outro e eles chegavam a um acordo”³³.

Buscando cada vez mais realizar uma abordagem sistêmica dos conflitos trazidos à vara de sua titularidade, a magistrada conheceu as Constelações Familiares e o trabalho de Sami Storch, momento em que, em conjunto com o constelador voluntário Paulo Pimont, em outubro de 2016, deu início às vivências de Constelações dentro da Oficina Conversas de Família,

³⁰ STORCH, Sami. **Direito sistêmico na TV – As Contribuições das Constelações de Hellinger no Judiciário.**

³¹ Agência CNJ de Notícias. **Justiça restaurativa e constelações familiares avançam no Paraná.** Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/84704-justica-restaurativa-e-constelacoes-familiares-avancam-no-parana>. Acesso em 20/08/2017.

³² PETERMANN, Vânia. Juíza titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade, comarca de Florianópolis (SC). Conteúdo extraído de entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa em 18/05/2017.

³³ PETERMANN, Vânia. Juíza titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade, comarca de Florianópolis (SC). Conteúdo extraído de entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa em 18/05/2017.

que, por sua vez, já acontecia desde 2015 e tem por objetivo a abordagem multidisciplinar de conflitos familiares³⁴.

Quanto ao momento e forma de realização da Constelação, diferentemente do que é feito por Sami Storch, Vânia Petermann entende que o juiz não deve participar da vivência, porque, caso não haja composição depois da Constelação, o juiz viu além do aparente³⁵.

Destarte, quando do recebimento da petição inicial, as partes são convidadas a comparecer na oficina, que reúne partes de ações com objetos comuns e é guiada por Paulo Pimont, psicoterapeuta e constelador que realiza trabalho voluntário dentro da oficina Conversas de Família, e pela servidora Marília Luci Vieira, de modo que a magistrada faz apenas uma fala inicial, explicando os objetivos da oficina e da importância e benefícios da resolução alternativa de conflitos³⁶.

Atualmente, referida oficina já funciona de uma forma coordenada. As partes ingressam com o processo e, assim que a petição inicial é recebida, são convidadas a comparecer à oficina, sem qualquer obrigação de comparecimento ou incitação à composição. A participação é programada para ocorrer pelo menos três meses antes da audiência de mediação e conciliação para que, quando da audiência, a vivência da oficina já tenha causado efeitos e reflexões naqueles que participaram³⁷.

No que se refere aos resultados obtidos, muito embora a análise estatística ainda estar em fase inicial, a magistrada afirma que o número de processos instruídos na vara diminuiu consideravelmente, de modo que há

³⁴ Assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. **Multidisciplinaridade faz projeto “Conversas de Família” ter baixa recidiva em ações.** Disponível em https://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/multidisciplinaridade-faz-projeto-%60conversa-de-familia%C2%BF-ter-baixa-recidiva-em-acoas?redirect=https%3A%2F%2Fportal.tjsc.jus.br%2Fweb%2Fsala-de-imprensa%2Fnoticias%2Fvisualizar%3Bjsessionid%3D18F45A6A0EA81442D4F344512B5D0034%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_Mooje1VU08hX%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3D_118_INSTANCE_6JBfezjkOU7u__column-2%26p_p_col_count%3D1. Acesso em 12/07/2017.

³⁵ PETERMANN, Vânia. Juíza titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade, comarca de Florianópolis (SC). Conteúdo extraído de entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa em 18/05/2017.

³⁶ Assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. **Multidisciplinaridade faz projeto “Conversas de Família” ter baixa recidiva em ações.**

³⁷ PETERMANN, Vânia. Juíza titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade, comarca de Florianópolis (SC). Conteúdo extraído de entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa em 18/05/2017.

uma composição efetiva e não recidiva das partes que participam da oficina até a realização da audiência de conciliação e mediação³⁸.

Ainda quanto aos resultados obtidos com a aplicação das Constelações, na Vara Cível, de Família, Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante, do Distrito Federal, em menos de um ano de realização das vivências de Constelação, o índice de acordos alcançados foi de 86%, considerando aqueles processos em que ambas as partes participaram³⁹.

No âmbito nacional, o Conselho Nacional de Justiça, em outubro de 2016, estimou que pelo menos 11 estados (Goiás, São Paulo, Rondônia, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Alagoas e Amapá) e o Distrito Federal já utilizam “a dinâmica da “Constelação Familiar” para ajudar a solucionar conflitos na Justiça brasileira”⁴⁰. Das pesquisas aqui expostas, verifica-se que, além os Estados mapeados pelo CNJ até o presente momento, há de se incluir também o Estado de Santa Catarina.

Sendo assim, com o trabalho de profissionais que buscam realizar uma abordagem sistêmica do Direito e, com isso, fazem uso de técnicas alternativas para a resolução de conflitos levados ao Judiciário, como por exemplo o dos magistrados e consteladores citados nesta pesquisa, infere-se que a aplicação das Constelações Familiares na resolução de conflitos familiares é técnica capaz de gerar resultados efetivos que levem à solução pacífica, efetiva e duradoura aos sistemas familiares.

Destarte, através das constatações dos profissionais citados e dos dados estatísticos apontados, é possível verificar que a Constelação Familiar, além de ser técnica alternativa capaz de proporcionar solução pacífica e verdadeiramente eficaz àqueles que buscam a resolução judicial de seus conflitos, também é meio que contribui para o descongestionamento do sistema Judiciário.

Pode-se observar, por fim, que a aplicação das Constelações no âmbito jurídico está crescendo e conta com o incentivo do Conselho Nacional de

³⁸ Assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. **Multidisciplinaridade faz projeto “Conversas de Família” ter baixa recidiva em ações.**

³⁹ Revista Consultor Jurídico. **Doze Tribunais adotam técnica alemã de conciliação em conflitos.** Disponível em <http://www.conjur.com.br/2016-nov-01/doze-tribunais-adotam-tecnica-alema-conciliacao-conflitos>. Acesso em 20/07/2017.

⁴⁰ Agência CNJ de Notícias. **“Constelação Familiar” ajuda a humanizar práticas de conciliação no Judiciário.**

Justiça e de vários Tribunais e profissionais do país. Assim, vislumbra-se o potencial crescimento na adesão da técnica e da abordagem sistêmica de conflitos por juízes, advogados e demais operadores do Direito.

Referências

Agência CNJ de Notícias. **“Constelação Familiar” ajuda a humanizar práticas de conciliação no Judiciário.** Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83766-constelacao-familiar-ajuda-humanizar-praticas-de-conciliacao-no-judiciario-2>. Acesso em 05/08/2017.

Agência CNJ de Notícias. **Justiça restaurativa e constelações familiares avançam no Paraná.** Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/84704-justica-restaurativa-e-constelacoes-familiares-avancam-no-parana>. Acesso em 20/07/2017.

Assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. **Multidisciplinaridade faz projeto “Conversas de Família” ter baixa recidiva em ações.** Disponível em https://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/multidisciplinaridade-faz-projeto-%60conversa-de-familia%C2%BF-ter-baixa-recidiva-em-acoes?redirect=https%3A%2F%2Fportal.tjsc.jus.br%2Fweb%2Fsala-de-imprensa%2Fnoticias%2Fvisualizar%3Bjsessionid%3D18F45A6A0EA81442D4F344512B5D0034%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_Mooje1VU08hX%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3D_118_INSTANCE_6JBfezjkOU7u__column-2%26p_p_col_count%3D1. Acesso em 12/07/2017.

BERTALANFFY, Ludvig Von. **Teoria Geral dos Sistemas: Fundamentos, Desenvolvimento e Aplicação.** 7ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BRAGA, Ana Lucia de Abreu. **Psicopedagogia e Constelação Familiar Sistêmica: Um Estudo de Caso.** Revista Psicopedagogia. São Paulo, v. 26, nº 80, p. 274-285, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862009000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16/04/2017.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 20/07/2017.

CARDOSO, Hélio Apoliano. **Direito de Família à Luz da Constelação Familiar e do Direito Sistêmico.** Revista Síntese de Direito de Família. São Paulo, v. 17, nº 97, p. 75-78, ago/set 2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2007/Rev.Sint.Dir.Fam_n.97.pdf. Acesso em: 16/04/2017.

HELLINGER, Bert. **Ordens do Amor: Um Guia Para o Trabalho com Constelações Familiares.** São Paulo: Cultrix, 2003.

HELLINGER, Bert; HÖVEL, Gabriele Ten. **Constelações Familiares: O Reconhecimento das Ordens do Amor.** São Paulo: Cultrix, 2004, p.13-14.

MUSZKAT, Malvina E.; OLIVEIRA, Maria Coleta; UNBEHAUM, Sandra; MUSZKAT, Susana. **Mediação Familiar Transdisciplinar: Uma metodologia de trabalho em situações de conflito de gênero.** São Paulo: Summus, 2008.

OLIVEIRA JUNIOR, Décio Fábio de; OLIVEIRA, Wilma Costa Gonçalves. **Esclarecendo as Constelações Familiares.** Belo Horizonte: Atman, 2016.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática.** 13ª Edição. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015.

PETERMANN, Vânia. Juíza titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade, comarca de Florianópolis (SC). Entrevista concedida a Camila Schroeder Lucachinski, para a elaboração desta pesquisa, em 18/05/2017.

PIMONT, Paulo. Constelador e formador de consteladores no Instituto Ipê Roxo, em Florianópolis (SC). Entrevista concedida a Camila Schroeder Lucachinski, para a elaboração desta pesquisa, em 18/05/2017.

Revista Consultor Jurídico. **Doze Tribunais adotam técnica alemã de conciliação em conflitos.** Disponível em <http://www.conjur.com.br/2016-nov->

01/doze-tribunais-adotam-tecnica-alema-conciliacao-conflitos. Acesso em 20/07/2017.

ROSA, Amilton Plácido da. **Direito Sistêmico: A Justiça Curativa, de Soluções Profundas e Duradouras.** Disponível em: <https://www.carpesmadaleno.com.br/>. Acesso em: 15/04/2017.

SCHUBERT, René. **As Constelações Familiares Aplicadas à Justiça.** Jornal Alternativo, Edição 123, SP, Agosto-Setembro 2016, páginas 13 e 14 (<http://aconstelacaofamiliar.blogspot.com.br/search/label/Artigos?updated-max=2016-11-23T12:05:00-08:00&max-results=20&start=1&by-date=false>)

SHELDRAKE, Rubert. **A Ressonância Mórfica e a Presença do Passado.** Lisboa (Portugal): Instituto Piaget, 1995.

STORCH, Sami. **Direito sistêmico na TV – As Contribuições das Constelações de Hellinger no Judiciário.** Disponível em <https://iperexo.com/2016/09/09/direito-sistemico-na-tv-as-contribuicoes-das-constelacoes-de-hellinger-no-judiciario/>. Acesso em 10/07/2017.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação no Novo CPC: questionamentos reflexivos.** Disponível em <http://www.fernandatartuce.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Media%C3%A7%C3%A3o-no-novo-CPC-Tartuce.pdf>. Acesso em 20/07/2017.

TESCAROLLI, Lilian; GONÇALVES, Fernando AB. **Leis Sistêmicas.** Disponível em: <https://www.carpesmadaleno.com.br>. Acesso em: 07/05/2017.